



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI N.º 2.566, DE 1996, DO SENADO FEDERAL

Altera a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.566, de 1996:

O art. 7º da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Art. 7º

§ 1º. As faturas de consumo enviadas aos usuários devem conter, em destaque, os números de telefone do setor de atendimento do órgão ou entidade pública responsável pela regulação e fiscalização do serviço e do órgão estadual de defesa do consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei n. 8.987, de 1995, Lei das concessões de serviço público dispõe no art. 7º sobre os direitos e obrigações dos usuários. O inciso II estabelece como direito do usuário o recebimento de informações do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais e coletivos. Dessa forma, observamos que as contas de energia elétrica e de telefone destacam o número da central de atendimento ao cliente. Entendo, porém, que também é importante informar ao consumidor o número de telefone para contato com o órgão regulador, de forma a levar ao conhecimento do poder público, quando cabível, as irregularidades na prestação do serviço. Por fim, de forma a ampliar a defesa de direitos, considero importante informar, em destaque, o número de telefone do órgão público estadual de defesa do consumidor.

Sala das Sessões, ____ de agosto de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA